

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 51ª Reunião do GT-Mananciais

Grupo de Trabalho:	Mananciais (CT-RN e CT-Rural)
Reunião:	51ª Reunião do GT-Mananciais
Data:	04/06/2021 – 09h00 às 12h00
Local:	Videoconferência (link: http://meet.google.com/qkk-imjb-wwr)
Assunto(s) em discussão:	<i>Nesta reunião, foi apresentado e discutido os resultados da Política de Mananciais PCJ com base nas experiências de projetos executados e em andamento.</i>
Pauta:	<i>Pauta:</i> <i>(1) Abertura (9 h): Henrique Bellinaso / CDRS – coordenador do GT-Mananciais</i> <i>(2) Secretaria / Informes: (João Demarchi / IZ SAA – secretário GT-Mananciais)</i> <i>Aprovação da minuta da memória técnica da 50ª Reunião Ordinária</i> <i>Informes:</i> <i>a. GT-Integração: decisões sobre o vínculo do GT-Mananciais com a CT-PL / Novo Regimento Geral das Câmaras Técnicas;</i> <i>b. Artigo da Política de Mananciais/PSA para o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos;</i> <i>c. II Workshop da Política de Mananciais (52ª reunião / 02 julho de 2021);</i> <i>d. Editais da Política de Mananciais 2021– situação atual;</i> <i>e. GT-Saneamento Rural – Editais: situação atual</i> <i>(3) A Política de Mananciais na Prática</i> <i>Discussão dos resultados da Política de Mananciais PCJ com base nas experiências de projetos executados e em andamento</i> <i>Mediadores: Henrique Bellinaso e Marina Barbosa</i> <i>(4) Discussões e comentários / Palavra Aberta</i> <i>(5) Encerramento</i>
Conclusões e Encaminhamentos:	<i>O coordenador do GT-Mananciais, Sr. Henrique Bellinaso (CDRS) iniciou a reunião e agradeceu a presença de todos e passou para os informes e secretaria. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA), secretário do grupo, informou aos presentes sobre o envio da minuta de memória técnica da 50ª Reunião do GT-Mananciais realizada em 14/05/21 e colocou-a para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. Quanto aos Informes, o Sr. Demarchi informou: a) que na 2ª Reunião do GT-Integração e na 81ª Reunião da CT-PL se decidiu sobre a permanência dos GTs organizados por mais de uma CT que permanecerão com as CTs até a conclusão do processo de transição a ser regulamentado pelo Regimento da CT-PL; b) sobre o andamento quanto à redação do artigo avaliando a Política de Proteção aos Mananciais das Bacias PCJ em relação à Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) a ser submetido n XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos; c) que na próxima reunião, 52ª reunião em 02 julho de 2021, acontecerá o II Workshop da Política de Mananciais; d) que o Edital da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021, de 05/03/2021 ainda está aberto para os municípios se inscreverem, no âmbito do Programa I (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse) da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, sendo que o prazo vai até o dia 31/08/2021; e) que está em andamento o processo de financiamento, por parte da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos, de substituição de fossas sépticas para o saneamento rural; f) convidou a todos a acompanhar e participarem do III Sustentare & VI WIPIS que</i>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 51ª Reunião do GT-Mananciais

acontecerá entre os dias 16 e 18 de novembro; f) convidou a todos a participar também do VI Workshop de Águas Subterrâneas da CT-AS que acontecerá em outubro abordando o tema “Recarga de Aquíferos” buscando a integração da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas com a Política de Mananciais; g) informou sobre o encaminhamento, junto com a convocação desta reunião, do artigo “Política de Drenagem: proposta para o planejamento de ações de prevenção e controle de inundações urbanas nas Bacias PCJ”, dos senhores Marco Antonio Garcia de Almeida e André Luiz Sanchez Navarro, fruto de trabalho da Pós-Graduação da EEP-FUMEP; h) informou também que o recurso que estava reservado para o atendimento do edital da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021, de 05/03/2021, e que não houve inscritos, será mobilizado em outra ação em 2021, retornando para a rubrica da Política de Mananciais no ano de 2022 dentro dos próximos editais; i) informou sobre a criação do GT-Pesquisas no âmbito dos CBHs da vertente Rio Tietê formado por representantes da CT-ID dos Comitês PCJ e representantes interessados dos demais CBHs do Rio Tietê, bem como a Agência PCJ (FABH-PCJ) e a Agência do Sorocaba e Médio Tietê (FABH-SMT), com o objetivo de focar a calha do Rio Tietê como um todo. Os grupos de trabalho criados no âmbito dos CBHs do Rio Tietê têm voltado suas atividades visando a criação de agência para esses comitês, integração dos planos de bacias e a criação de grupos pesquisa, com uma reunião prevista para junho; j) informou sobre a manifestação positiva do juiz para a liberação do recurso incontroverso da cobrança federal questionada judicialmente pela SABESP; k) o Sr. Miguel Milinski (P.M. de Rio Claro e DAAE Rio Claro) informou que achou o momento oportuno para o estudo referente a recarga dos aquíferos proposto pela CT-AS e também em relação a realocação dos recursos previstos para projetos para Estações de Tratamento Terciários de Esgoto realocados também para o programa de monitoramento e não para os projetos aprovados e que não possuem recursos, o Sr. Henrique informou que essa realocação não irá atrapalhar em nada a execução e previsão do Plano de Mananciais, ocorrendo a priorização de ações de acordo com o plano de bacias; l) o Sr. Paulo Mancuso (PM de Hortolândia) informou sobre problemas causados por poluição difusa e de efluentes industriais tratados inadequadamente causando danos à fauna no município de Hortolândia/SP e questionou sobre o Programa PSA Federal chamado “Nascentes Verde”. O Sr. Demarchi informou que o ideal seria formalizar por meio de e-mail, para que esse problema possa ser repassado à Secretaria Executiva e para as Câmaras Técnicas para uma melhor tratativa. A Srta. Marina Barbosa (Assessoria Ambiental/Agência PCJ) informou sobre o Programa “Moeda Verde” e indicando um link (disponível na seção “Observações” desta memória). Quanto ao item 3, o Sr. Henrique informou que a proposta foi de conversar sobre a situação das Unidades Gestoras dos Projetos (UGPs) já financiadas pela Política de Mananciais, conversando com os representantes locais de cada UGP. A Srta. Marina Barbosa (Assessoria Ambiental/Agência PCJ) apresentou sobre a situação de cada uma dos UGPs sendo: Holambra/SP – “concluída”; Analândia/SP – “PIPs finalizados e com processo de restauração em execução, com previsão de concluir até o final de 2021”; Charqueada/SP e São Pedro/SP – “PIPs finalizados”; Jaguariúna/SP, Limeira/SP, Salto/SP – “com restauração programada para algumas propriedades, mas ainda não iniciada”. O Sr. Felipe Requena (Assessoria Ambiental/Agência PCJ) apresentou sobre a situação das adoções de áreas sendo que uma empresa possui uma compensação para carbono, havendo um saldo de 5.000 (cinco mil) mudas, onde está sendo tratado o plantio aproximado em 3,5 ha em Charqueada/SP. Informou sobre um saldo de

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 51ª Reunião do GT-Mananciais

busca de áreas de aproximadamente 700 ha. Para o Município de Charqueada são 100 ha adotados, sendo realizado o plantio pela empresa Plante Verde com previsão de início para o plantio ainda esse ano e também as empresas Aço Bio e a Concessionária Eixo aguardando alguns alinhamentos para início dos trabalhos. A Srta. Marina também informou sobre os projetos que entraram através de editais, através do Programa I – Arthur Nogueira, Jaguariúna e Salto, para o desenvolvimento de PIPs sendo executados sob regime de execução direta pela equipe da Assessoria Ambiental e para o Programa II que abrange os Municípios de Limeira, Piracaia, Piracicaba, Jaguariúna e Jundiá, programas de PSA, já estão recebendo os repasses pela Caixa Econômica Federal. O Sr. Henrique abriu a palavra para dúvidas e sugestões. O Sr. Miguel Milinski falou sobre dificuldades de se conseguir o Termo de Anuência dos produtores por conta da pandemia. O Sr. Paulo Mancuso falou sobre o desinteresse em participar de alguns produtores por conta de projetos futuros de loteamento da área. O Sr. Henrique Bracale informou que o projeto em Jaguariúna está parado desde março devido à pandemia e que a Unidade Coordenadora de Execução – UCE já está contratada; Piracaia há uma expectativa de pagamento para a primeira parcela de PSA para segunda quinzena de julho e; Jundiá já contratou empresa para executar a função de UCE. A Sra. Meire Bassan (PM Limeira) comentou sobre a dificuldade em aprovar os recursos para executar os projetos de PSA e a complexidade dos relatórios dos PIPs para que os produtores compreenderem e sobre o pouco cuidado para inclusão de ações de extensão rural dos PIPs. O Sr. Demarchi falou sobre a possibilidade de trabalho em conjunto com a CDRS, juntamente com o portfólio da Secretaria de Agricultura para utilização nas áreas priorizadas na Política de Mananciais e reforçou da importância da Assessoria Ambiental fazer a análise da questão agropecuária também. A Srta. Marina informou sobre a possibilidade de melhorar o descritivo para os termos de referência para o aperfeiçoamento do descritivo e a equipe técnica que irá desenvolver os PIPs. O Sr. Henrique Belinasso complementou sobre a questão de um PIP mais claro para o melhor entendimento do produtor rural, havendo necessidade de alinhar com o produtor rural possíveis ajustes no PIP de acordo com a sua necessidade, buscando minimizar possíveis erros e atrasos na execução do PIP. O Sr. Mancuso propôs a inserção de um termo denominado feira de trabalho para a divulgação dos trabalhos executados, através de divulgação nas mídias sociais. O Sr. Petrus alertou para a importância em se ter recursos financeiros para a completa execução dos PIP. O Sr. Henrique Bracale informou sobre a dificuldade de encontrar empresas que entregue um produto completo, buscando em segundo momento recursos para a restauração de áreas de acordo com os recursos financeiros disponíveis e se um edital pode ficar aberto por um período anual. A Srta. Marina informou que não há impedimentos, porém, precisa ser previstos os prazos de análise, complementação e a indicação desses empreendimentos dentro desse mesmo exercício. A Sra. Meire informou sobre as dificuldades das empresas seguirem os produtos que devem ser executados na elaboração do PIP. A Srta. Marina informou sobre a possibilidade de aperfeiçoar o treinamento dado às empresas contratadas. O Sr. Henrique Belinasso informou sobre a possibilidade de inconsistência entre o PIP e o Cadastro Ambiental Rural – CAR, auxiliando o produtor nas eventuais adequações ao CAR. O Sr. Marcelo informou que os PIP apresentados precisam ser revistos para a execução do projeto, por falta de informações, como locação de fossas sépticas, hidráulica da residência e locação de curvas de nível. O Sr. João Demarchi sugeriu a reconstrução do PIP entre o produtor rural e a empresa contratada, para uma maior interação, possibilitando as

011.04.02.006

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 51ª Reunião do GT-Mananciais

	<i>considerações necessárias ao projeto. O Sr. Ivan informou que o PIP de Charqueada foi realizado a locação com aparelho de nível somente no momento da execução do projeto. O Sr. Henrique Bracale informou sobre a importância da validação do projeto no local em conjunto com o produtor rural. A Srta. Marina salientou que a execução do PIP é realizada em conjunto com o produtor rural, através de agendamento de horário e apresentando o produto final ao produtor, podendo ser revisto antes da etapa do projeto de execução. A Sra. Meire Bassan comentou enfrenta os mesmos problemas levantados pelo Sr. Marcelo, devido à falta de informação no projeto com a empresa contratada Irrigart. O Sr. Henrique mencionou sobre a dificuldade da empresa contratada em entregar um projeto executável, podendo ser uma alternativa a Agência de Bacias realizar os projetos. O Sr. João Demarchi informou que cabe a comunicação à sociedade e oficial a Agência PCJ e Secretaria Executiva dos Comitês PCJ sobre a necessidade de se contratar uma pessoa com mais experiência para o desenvolvimento de projetos e como subdividir as tarefas para iniciar a elaboração e atualização da Política de Mananciais e retornar através de forma de workshop o debate junto as UGPs. O Sr. Henrique Belinasso propôs o agendamento de uma nova reunião com a Sra. Meire e o Sr. João Demarchi para pontuar esses itens levantados para o devido apontamento em uma próxima reunião do GT.</i>
Próxima reunião:	02/07/2021, às 09h00 - 52ª Reunião do GT-Mananciais
Observações:	<i>Link sobre reportagem que apresenta o Programa “Moeda Verde”:</i> https://www.youtube.com/watch?v=OK8OKANBawg <i>Link da integração do Banco de Áreas das Bacias PCJ e o site da SIMA-SP:</i> https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/programanascentes/banco-de-areas/
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)			
1	Henrique Bellinaso (CDRS/SAA)	15	Petrus Weel (Cooperativas de Holambra)
2	André Luiz Xavier de Macedo Barreto (SAA/CDRS/ CA de Nova Odessa)	16	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat - SIMA/CFB-Campinas
3	João Primo Baraldi (SR de Rio Claro)	17	Leonardo Baumgratz – (Agência PCJ)
4	Denis Herisson da Silva (CDRS/SAA)	18	Gilda Carneiro Ferreira (UNESP / IGCE)
5	Francisco Antonio Moschini (INEVAT)	19	Rebeca Silva (Agência PCJ)
6	Simone Raymundo de Oliveira (IZ/SAA)	20	Meire Menezes Bassan (P.M. de Limeira)
7	Mateus de Oliveira Ismael (Agência PCJ)	21	Miguel Madalena Milinski (DAAE Rio Claro/PM Rio Claro)
8	Felipe Requena (Agência PCJ)	22	Luiza Ishikawa Ferreira (ONG Jaguatibaia)
9	Ivan Gerdzijauskas (Agência PCJ)	23	Claudia Grabher (INEVAT)
10	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA/SAA)	24	Henrique Bracale (TNC)
11	Fabio Coca (Agência PCJ)	25	Marcelo Santos (P.M. de Charqueada)
12	Paulo José Mancuso (P.M. de Hortolândia)	26	Kaique Barretto (Agência PCJ)
13	Tiago Georgette (Agência PCJ)	27	Marina Peres Barbosa (Agência PCJ)
14	Bruno Aranda (Agência PCJ)	28	Marcos E. Cazzonato (Agência PCJ)

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.